



Guia de Governo Aberto

para
Céticos

Open
Government
Partnership



Índice

PÁGINA 4

A Um “Governo Aberto”: O que queremos dizer?

Você já ouviu falar de Parceria para Governo Aberto?
Você é um cético?

PÁGINA 14

B A participação social aprimora a prestação de serviços públicos

A evidência

Quênia | Brasil | Índia | Indonésia | Coreia do Sul | Paquistão

Principais ingredientes para o sucesso

PÁGINA 22

C Prevenção à corrupção: O poder do controle social

A evidência

Melhores desempenhos em anticorrupção

Chile | Estônia | Geórgia | Costa do Marfim

Nigéria: O poder do controle social

Reino Unido: Combate à lavagem de dinheiro

Principais ingredientes para o sucesso

PÁGINA 32

D Economize dinheiro público por meio de contratações abertas

A evidência

Ucrânia | Paraguai | Virgínia, EUA | Filipinas | Bogotá, Colômbia

Principais ingredientes para o sucesso

PÁGINA 44

E Um Governo Aberto é bom para os negócios

A evidência

Global, Regional & Nível Nacional

Nivele o campo de jogo

Coreia do Sul | Paraguai | Eslováquia | Ucrânia

Como o setor privado pode ser parceiro no governo aberto

Paquistão | Filipinas | Nigéria | Quênia | Reino Unido

PÁGINA 54

F Ganhe a confiança pública: vá além da transparência

A evidência

Novas abordagens para a participação pública

Estônia | Canadá | Países Baixos

Principais ingredientes para o sucesso

PÁGINA 64

G O que a PGA faz por você?

Política de co-criação

Influencie uma rede mundial de ideias e habilidades

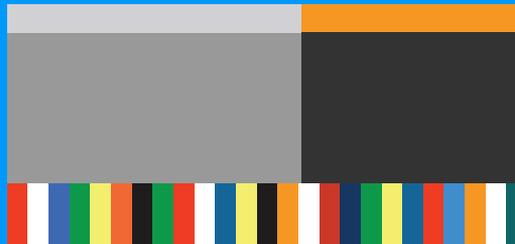
Atue localmente, receba reconhecimento mundial

GUÍA DE GOBERNO ABERTO
PARA CÉTICOS



UM “GOVERNO ABERTO”: O QUE QUEREMOS DIZER?

SEÇÃO A



Governos abertos se esforçam para abraçar os seguintes **valores** para melhorar a governança e resolver os desafios públicos¹:



Acesso à informação

Acesso público à informações custodiadas pelo governo, ao invés de acesso apenas às informações sobre as atividades governamentais. Os exemplos incluem, mas não estão limitados a:

- Divulgação de informações em dados abertos
- Liberação ativa ou passiva de informações
- Mecanismos legais e regulatórios para fortalecer o direito à informação

2

Participação Social

Promova a participação social institucionalizada ou um ambiente operacional que possibilite a participação nos espaços públicos. Os exemplos incluem, mas não estão limitados a:

- Abertura da tomada de decisões ao longo do ciclo de construção política para todos os interessados
- Realização de reformas que aumentem a liberdade de reunião, liberdade de expressão, direito de petição, liberdade de imprensa e liberdade de associação
- Implementação de reformas que melhorem a transparência e os processos democráticos institucionalizados, tais como o recebimento de propostas dos cidadãos, eleições ou o direito de petição.

3

Responsabilidade governamental

Regras, regulamentos e mecanismos que convoquem os atores do governo a justificar publicamente suas ações, ouvir e considerar críticas e aceitar a responsabilidade pelo não cumprimento das leis ou de compromissos. Os exemplos incluem, mas não estão limitados a:

- Auditorias realizadas pelos cidadãos para aferição do desempenho do governo
- Melhorias ou estabelecimento de processos recursais para as hipóteses de indeferimento dos pedidos de acesso à informação
- Criação de um sistema de rastreamento público dos processos de reclamações (canais de denúncia).

4

Tecnologia e inovação para abertura e prestação de contas

Promoção de novas tecnologias que ofereçam oportunidades de compartilhamento de informações, participação social e colaboração.

VOCÊ JÁ OUVIU FALAR DA PARCERIA PARA GOVER- NO ABERTO?

Compromisso político: a OGP foi fundada em 2011 por oito líderes governamentais e nove líderes da sociedade civil do Brasil, Índia, Indonésia, México, Noruega, Filipinas, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos. Como disse o presidente Barack Obama, o objetivo era garantir que os governos servissem genuinamente aos seus cidadãos, ao invés de servir aos seus interesses particulares.

Crescimento rápido: a parceria cresceu rapidamente, passando de 8 para mais de 70 governos nacionais e 20 autoridades locais em sete anos, e, ainda, milhares de organizações da sociedade civil. Juntos, eles desenvolveram mais de 2.500 reformas políticas para tornar o governo mais transparente, participativo e responsável.

Transformadores locais, reconhecimento global: Os agentes transformadores usam a OGP para o intercâmbio de ideias com seus pares de dentro e fora do governo, valorizando o conhecimento popular e alavancando as tecnologias da comunicação para fazer o governo trabalhar melhor para as pessoas. Reformas exitosas são continuamente reconhecidas internacionalmente.



Evento da OGP, "Reconstruindo a Confiança no Governo", na 72ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Da esquerda para a direita: Winnie Byanyima, CEO, Oxfam e Embaixador da PGA | Ana Helena Chacón Echeverría, Vice-presidente da Costa Rica | Zoran Zaev, primeiro-ministro da ex-República Iugoslava da Macedônia | Kersti Kaljulaid, presidente da Estônia | Frans Timmermans, primeiro vice-presidente da Comissão Europeia | Pablo Soto, vereador de Madrid.

Ação e responsabilidade: a OGP é fundamentalmente sobre ação. Cada governo participante – local ou nacional – deve trabalhar com a sociedade civil para produzir um plano de ação de governo aberto com reformas políticas específicas. Um órgão independente acompanha o progresso das reformas e fornece recomendações técnicas para melhorias, estimular o diálogo e promover a prestação de contas dos governos aos cidadãos.

VOCÊ É UM CÉTICO?

Estando dentro ou fora da OGP, você pode ainda não estar convencido dos benefícios de um governo aberto. Quando você abre o governo, o que você recebe em troca? Se você está se fazendo esta pergunta, este guia é para você.

O guia resume o que se sabe sobre o impacto da abertura do governo em cinco áreas: 1) prestação de serviços públicos; 2) oportunidades de negócios; 3) eficiência governamental e economia de recursos; 4) prevenção à corrupção e 5) confiança no governo. Cada capítulo baseia-se em evidências empíricas e destaca o papel dos agentes reformadores que estão abrindo o governo de maneiras inovadoras.



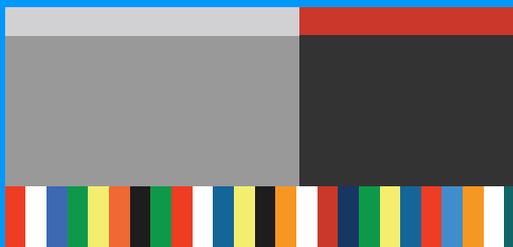
O governo aberto é essencial para o avanço do desenvolvimento global, e vimos fortes evidências de que a participação do cidadão pode levar a um progresso histórico na ação climática, igualdade de gênero, conservação e muito mais.²

— A Excelentíssima Helen Clark, ex-Primeira-Ministra da Nova Zelândia e ex-administradora do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas



A PARTICIPAÇÃO **SOCIAL** APRIMORA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

SEÇÃO B



A EVIDÊNCIA



A participação social teve significativo impacto positivo nos setores de educação, saúde, saneamento básico e obras públicas, tornando os serviços públicos mais acessíveis, econômicos e eficientes.

3 4 5 6



Pesquisas mostram que políticas públicas que incluem os cidadãos em algum estágio de sua concepção têm maior probabilidade de serem implementadas de forma mais eficiente e rápida. O resultado, geralmente, é uma política pública melhor e mais legítima.⁷

— Horacio Rodríguez Larreta, Chefe de Governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires

A participação social pode ocorrer em vários estágios da prestação de serviços públicos:



Identificação de prioridades e / ou alocação de recursos



Formulação de políticas públicas e modelagem de serviços públicos



Tomada de decisões na Comissão e / ou prestação de serviços



Monitoramento do desempenho e responsabilização dos fornecedores

Exemplos de participação social pelo mundo

Quênia | Educação⁸

 **Ação:** Os comitês escolares locais foram empoderados a contratar professores extras e a monitorar efetivamente seu desempenho. Esses professores eram diferentes dos professores contratados pelo Ministério da Educação.

 **Impacto:** Redução da superlotação da sala de aula e melhores resultados de aprendizagem dos alunos.

Índia | Trabalhos públicos¹⁰

 **Ação:** Auditoria obrigatória, na qual as pessoas trabalham em parceria com o governo para monitorar e avaliar o Programa Nacional de Garantia de Emprego Rural.

 **Impacto:** Menos roubo de salários; melhor desempenho do Programa em comparação com os estados em que o processo de auditoria não foi devidamente implementado.

Brasil | Saúde⁹

 **Ação:** A sociedade negociou com funcionários do governo acerca da alocação dos recursos no orçamento do município e suas prioridades de investimento.

 **Impacto:** Os municípios que adotaram o orçamento participativo registraram uma queda significativa na mortalidade infantil: de 1 a 2 bebês para cada 1.000 munícipes nessa faixa etária, entre os anos de 1990 e 2004; o investimento do governo em saneamento básico e serviços de saúde aumentou 20-30%.



EXEMPLOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PELO MUNDO

Indonésia | Infraestrutura¹¹

 **Ação:** O Ministério do Desenvolvimento Nacional e do Planejamento organizou uma série de experimentos, tais como leitura pública das auditorias dos gastos do governo nas reuniões das aldeias.

 **Impacto:** Levou à sanção social, reduzindo despesas com materiais faltantes e melhorando a qualidade da infraestrutura. Também reduziu em um terço o vazamento estimado dos recursos gastos com infraestrutura (menos oito pontos percentuais de 24%).¹²

Coreia do Sul | Água¹³

 **Ação:** O governo metropolitano de Seul começou a publicar informações precisas e atualizadas sobre a qualidade da água fornecida às casas das pessoas, por meio de um sistema online de avaliação da água.

 **Impacto:** Aumentou a confiança dos cidadãos no abastecimento público da água, e contribuiu para um aumento de 20% no consumo de água encanada, bem como para uma maior conservação das águas subterrâneas.

Paquistão | Educação¹⁴

 **Ação:** Em um ambiente competitivo entre os provedores de educação no Paquistão, os pais receberam boletins de qualificação sobre o desempenho das escolas.

 **Impacto:** Os pais puderam selecionar as melhores escolas para seus filhos e passaram a exigir melhorias nessas escolas, baseados na ameaça da remoção de seus filhos. As notas melhoraram, as matrículas aumentaram em 4,5% e as mensalidades das escolas privadas foram reduzidas em 17%.



PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Principais ingredientes para o sucesso



Promover a conscientização: Divulgar informações úteis sobre os serviços públicos disponíveis, alocações orçamentárias e dados sobre o desempenho governamental

Compartilhar o poder: Envolver o público na modelagem, priorização e monitoramento dos serviços públicos; compartilhar o poder para alocar os recursos orçamentários dos serviços públicos

Encontrar aliados: Formar coalizões com agentes transformadores dentro e fora do governo para resolver problemas

Assegurar a prestação de contas: Promulgar leis fortes e incentivar a mídia pública e local a responsabilizar os prestadores de serviços

Incentivar: Dar incentivos aos prestadores de serviço para melhorar seu desempenho



Esperamos melhorar os serviços públicos, dando voz aos cidadãos nos processos de tomada de decisão... Novos mecanismos de feedback nas aldeias ajudaram a identificar lacunas no sistema. Por exemplo, descobrimos que 7.000 residentes temporários em Khuvsgul não estavam recebendo cuidados básicos de saúde e, uma vez incluídos no sistema, nos permitiram combater a tuberculose. A satisfação com a saúde aumentou 28% em apenas três meses!¹⁵

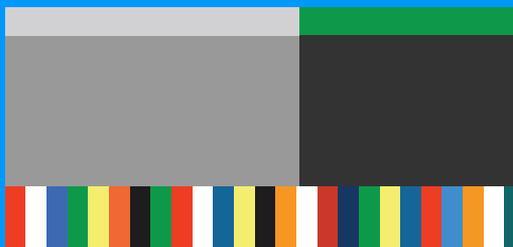
— Munkh-Erdene Dambajav, Secretária de Gabinete do Governo da Mongólia

GUÍA DE GOVERNO ABERTO
PARA CÉTICOS



Prevenir a corrupção: O poder do controle social

SEÇÃO C



A evidência



O impacto negativo da corrupção no

crescimento econômico, a democracia, o estado de direito e a confiança do público está muito bem documentada. Mas o que sabemos do impacto que tem o foco em governo aberto na prevenção da corrupção?

A transparência tem um pequeno, ainda que significativo, efeito na diminuição da corrupção. Um aumento de 100% nos esforços de transparência estaria, em média, correlacionado com a redução da corrupção governamental em 2,2%. Os esforços em transparência legal, fiscal e eletrônica têm um efeito maior que a transparência política ou de recursos naturais. O efeito é maior a nível de país do que a nível de governo local, e é mais forte nos países com maiores rendas.¹⁶

Existe uma correlação positiva entre a força da sociedade civil e a redução da corrupção. Isto é particularmente certo se existem no país as condições para competência política, liberdade de imprensa e transparência de Governo.^{17 18}

As reformas na gestão do orçamento público são efetivas na redução da corrupção. Especificamente, a transparência e o monitoramento do orçamento e das compras públicas, quando combinadas a outras formas, como o fortalecimento das entidades fiscalizadoras superiores, têm maior impacto potencial na redução da corrupção, inclusive em estados frágeis.¹⁹ Existem provas sólidas de que a total transparência nas licitações reduz os riscos de corrupção de alto nível. Isto se demonstrou na pesquisa de mais de quatro milhões de contratações públicas entre 2006 – 2015 em toda a Europa.²⁰

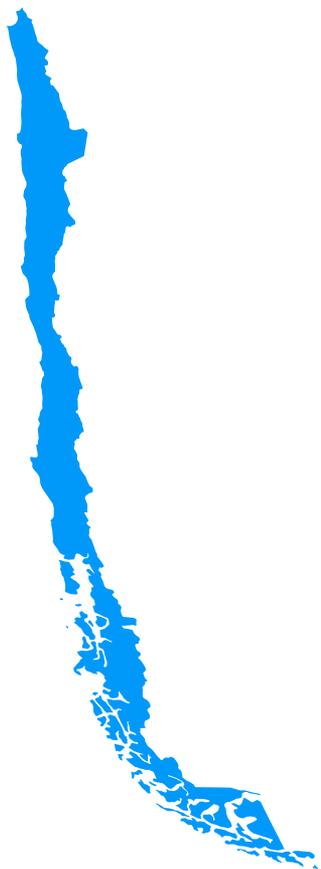
Países com melhor rendimento em temas de Anticorrupção

Chile²¹ É um dos três países menos corruptos da América Latina.

 **Fatores-chave:** Estado autônomo forte, independência judicial e controladoria independente com um forte controle administrativo sobre os gastos do Governo, liberdade de imprensa e crescimento das organizações não-governamentais.

 **Reformas-chave:** Criação da Procuradoria Nacional, da Lei de Acesso à Informação, reforma antilavagem de dinheiro e múltiplos esforços para regular o tráfico de influências na política chilena desde 2004.

 **OGP spotlight:** Como parte do seu plano de ação de 2012, o Congresso chileno aprovou a Lei de Lobby, que definiu o lobby, estipulou a criação de minutas públicas das reuniões, incluiu provisões para as sanções e multas e tornou públicas as atividades de lobby por meio da plataforma www.infolobby.cl



PAÍSES COM MELHOR RENDIMENTO EM TEMAS DE ANTICORRUPÇÃO

Geórgia²² O Banco Mundial considera o país como o que mais obteve progresso, especificamente no controle da pequena corrupção..

 **Fatores-chave:** A Revolução Rosa, em 2003, e um firme compromisso político com a reforma anticorrupção

 **Reformas-chave:** Nova legislação e estratégia anticorrupção focada na prevenção da corrupção; acusação pública de altos funcionários corruptos; liberação do ambiente de negócios; participação social nos esforços contra a corrupção; reformas em grande escala da polícia e do setor público demonstraram ser exitosas.

 **Foco da OGP:** No início de 2017, a Geórgia se comprometeu a ter um comitê independente para monitorar as declarações de bens dos funcionários públicos regulado por meio de leis. Ao auditar o interesse econômico e os dados de propriedade revelados, a Geórgia busca melhorar a prestação de contas dos funcionários públicos e prevenir a corrupção.

Estônia É considerado um país de alto desempenho em matéria de anticorrupção, em comparação a outros antigos países soviéticos.

 **Fatores-chave:** Forte liderança política e sociedade civil organizada comprometidas com a luta contra a corrupção.

 **Reformas-chave:** Regras e regulamentações simplificadas e melhoradas com uma firme aplicação; gestão de processo de privatização transparente e imparcial; criação de transparência por meio da Lei de Governo Eletrônico e Acesso à Informação.

 **Foco da OGP:** Em seu plano de ação de 2016, a Estônia se comprometeu a promover a transparência no lobby. A reforma permitirá ao público e aos tomadores de decisão saber quais grupos de interesse (lobby) participam do processo de criação das leis, apresentam opiniões de especialistas e propõem emendas aos projetos de lei.

PAÍSES COM MELHOR RENDIMENTO EM TEMAS DE ANTICORRUPÇÃO

Costa do Marfim²³ Melhorou significativamente no Índice de Percepção de Corrupção (IPC), elevando sua pontuação em nove pontos de 2013 a 2017.

 **Fatores-chave:** Compromisso político do Governo de Ouattara e um forte marco legal e institucional em matéria de anticorrupção.

 **Reformas-chave:** Aprovou uma lei de prevenção e repressão da corrupção; estabeleceu uma autoridade nacional anticorrupção; assegurou o cumprimento de iniciativas internacionais como a Iniciativa para a Transparência da Indústria Extrativa (EITI, da sigla em inglês).

 **Foco da OGP:** O Ministério do Interior e da Segurança estabeleceu comitês locais contra o crime organizado composto pela sociedade civil, Governo e formuladores e gestores de políticas públicas. O objetivo é realizar campanhas de informação para educar o público, identificar os setores mais afetados pelo crime organizado e envolver os cidadãos no monitoramento da extorsão e da atividade ilegal.



ANTICORRUPÇÃO

**Nigéria:** O poder do controle social²⁴

 **Os facilitadores:** Uma organização da sociedade civil (OSC), uma universidade e um jornal colaboraram no monitoramento do ciclo de contratações públicas durante a construção de 40 centros de atenção primária.

 **O problema:** Descobriram que apenas 36% do orçamento foi utilizado para as instalações operacionais. Os centros foram construídos por menos do que estava estimado, o que o Governo da Nigéria afirma ser eficiência. Mas só cinco dos 17 centros com maior “eficiência” (33 a 54%) estavam em funcionamento. Isto sugere que os recursos não foram utilizados corretamente. De acordo com a lei nigeriana, os licitantes devem participar em licitações abertas e competitivas. Porém, os 26 contratos, ganhos por 26 empresas diferentes, estavam todos dentro do valor de 21.986.893 nairas nigerianas, dando a entender que as licitações não estavam de acordo com a lei de contratações públicas.

 **O impacto:** O Ministro da Saúde anunciou posteriormente a construção de 10.000 novos centros de atenção primária e o Governo da Nigéria prometeu fazer contratações abertas em seus processos de contratações públicas.

ANTICORRUPÇÃO

Reino Unido: A luta contra o dinheiro sujo²⁵

 **O problema:** De acordo com a Agência Nacional do Crime, só na cidade de Londres são lavados cerca de 120 bilhões de dólares por ano. Por exemplo, quatro empresas registradas no Reino Unido formavam o “Azerbaijani Laundromat”. Resultou que 2.9 bilhões de dólares de fontes próximas ao governo azerbaijano e russo fossem canalizados por meio dessas empresas antes que, supostamente, fossem gastos em artigos de luxo e suborno de políticos europeus.

 **A intervenção:** Para tornar mais difícil que os criminosos se envolvessem nesse tipo de atividade, o Governo do Reino Unido decidiu introduzir um registro público dos beneficiários reais de empresas britânicas para ter mais transparência em torno de quem realmente possui, controla e se beneficia das empresas.

 **O impacto:**

- Voluntários da sociedade civil e cientistas de dados **utilizando o registro** identificaram uma quantidade de beneficiários reais que coincidiam (tanto o nome quanto o mês de nascimento) com políticos de altos cargos (19), com pessoas em listas de sanções da União Europeia (76) e diretores desqualificados (267). Também descobriram que alguns destinatários dos contratos do Governo eram empresas com beneficiários reais sediadas em paraísos fiscais.
- Olho Privado, um programa de notícias de investigação, **identificou 42 pessoas expostas politicamente no exterior** como beneficiários de empresas do Reino Unido.
- O Parlamento do Reino Unido aprovou um projeto de lei que exige que 14 territórios internacionais introduzam os registros de propriedade pública até o final de 2020 ou enfrentem esta imposição por parte do Governo do Reino Unido.
- O registro do Reino Unido teve um **“efeito dominó”**, o que contribuiu para que fossem assumidos compromissos para registros similares em vários outros países, incluindo França, Nigéria e Afeganistão.

ANTICORRUPÇÃO

Ingredientes-chave para o sucesso

Avaliar as prioridades: Quais setores/processos restringem funções importantes do mercado ou do Estado? Analisar se acatar a corrupção nestes setores/processos irá gerar um alto impacto no desenvolvimento.

Formar uma coalizão: A estratégia anticorrupção está alinhada com os interesses de atores-chave importantes? Coalizões amplas e poderosas são essenciais para uma estratégia anticorrupção exitosa por serem focos de anticorrupção tanto incrementais (de baixo para cima) como sistêmicos (de cima para baixo).

Engajar os cidadãos: Desenhe os incentivos certos para engajar os cidadãos na luta contra a corrupção. Demonstre impacto com resultados rápidos, faça que o compromisso seja informativo e valioso, ofereça recompensas e limite os custos.



“

“Nenhum país pode mudar sem uma ação coletiva interna, que é tanto representativa quanto sustentável no tempo. Os meios, a oposição política e a sociedade deveriam [...] ser atores permanentes no processo anticorrupção.”²⁶

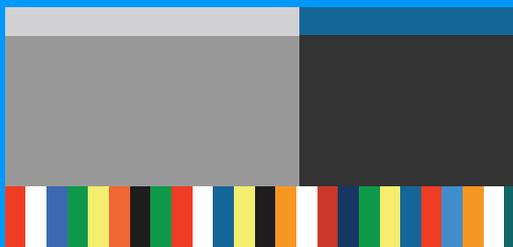
— Alina Mungiu-Pippidi, Professora de Estudos Democráticos no Hertie School of Governance em Berlim

GUÍA DE GOVERNO
ABERTO
PARA CÉTICOS



Economizar dinheiro público por meio de sistemas abertos de contratação pública

SEÇÃO D



A evidência

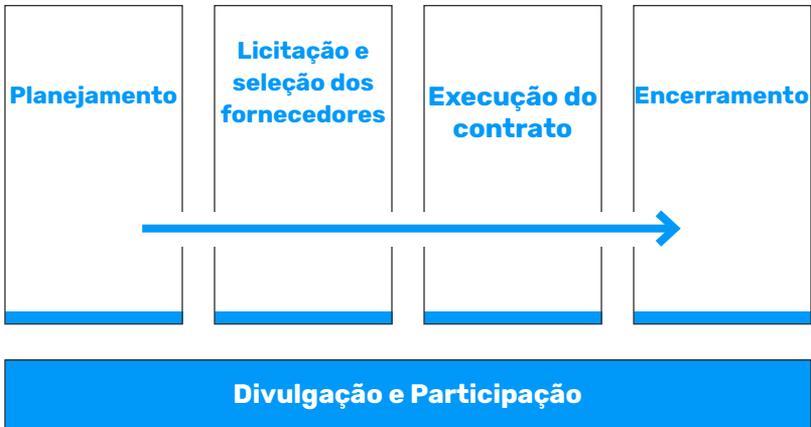


A contratação pública é um dos melhores espaços para economizar dinheiro público. Em países de baixa e média renda, correspondem a cerca de 50% dos gastos totais habituais do Governo e cerca de 30% em países de alta renda.²⁷ Em média, 10 a 20% dos orçamentos de contratações podem ser desperdiçados a depender do grau de corrupção, desperdício e ineficiência.²⁸ A evidência demonstra que:

- Com melhores dados, feedback público e supervisão, os governos detectam a corrupção e melhoram a regulação e os resultados dos serviços públicos.
- Maior competência conduz a economias maiores e mais oportunidades de negócios.²⁹

Uma inovação crescente: 30 países e cidades³⁰ agora contam com sistemas abertos de contratações públicas. Estes sistemas divulgam informação e engajam o público no ciclo das contratações.

CICLO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA



CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Pro-Zorro, Ukraine

Quem: Gerido por uma parceria público-privada entre o Departamento de Contratações Públicas (PPD, da sigla em inglês) e o Ministério de Desenvolvimento Econômico e Comércio da Ucrânia e empresas estatais - ProZorro.

Criação: 2014

O que ele faz?:

- As autoridades públicas divulgam suas ofertas online utilizando o Padrão de Dados de Contratações Abertas.
- A plataforma inclui uma ferramenta de inteligência de negócios para avaliar dados de licitação, uma plataforma pública de monitoramento operada por organizações da sociedade civil (DoZorro) e um mecanismo aberto para reclamações de licitantes.
- 2.000 organizações sanitárias economizaram em média 15% em todas as suas contratações. Nos processos nos quais três empresas ou mais licitaram por contratos, a economia foi de 35%.³³

Competitiveness:

- Fornecedores por entidade compradora³⁵³⁴ aumentaram, significativamente, 550% (de 17 de Fevereiro a 17 de Julho).
- Licitantes não ucranianos cresceram 33%, o que sugere maior interesse dos empresários estrangeiros.

Economias:

- Foi economizado 350 milhões de euros desde Fevereiro de 2017, quando as estimativas orçamentárias começaram a diminuir e o custo dos contratos ficaram abaixo do que estava estimado.³¹
- As estimativas oficiais indicam economia de 1.190 bilhões de euros desde o seu lançamento contra o custo de aproximadamente 4.69 milhões de euros para viabilizar o sistema.³²

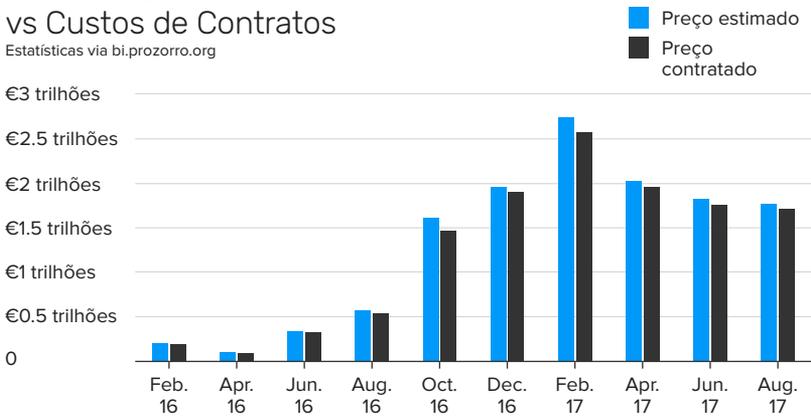
Percepção de corrupção:

- 80% dos empreendedores acreditavam que o sistema ProZorro havia reduzido ou eliminado a corrupção nas contratações. Entre os entrevistados, 67% atribuíram este impacto à abertura e acessibilidade à informação sobre os licitantes e os ganhadores.

CONTRATAÇÃO PÚBLICA (PRO-ZORRO)

Custos orçamentários com ProZorro vs Custos de Contratos

Estatísticas via bi.prozorro.org



Levamos a transparência a seu limite e solicitamos que absolutamente toda a informação estivesse disponível publicamente ao finalizar a licitação. Se você não quer compartilhar sua informação, desculpe, não pode solicitar recursos públicos! Como resultado, qualquer um pode assistir ao início das propostas, as perguntas que são feitas, as respostas dadas, as reclamações que são apresentadas e os contratos que são firmados.³⁵

— **Maksym Nefyodov, Vice-Ministro de Desenvolvimento Econômico e Comércio, Ucrânia**

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Contratações Públicas, Paraguai

Quem: Gerido pela Direção Nacional de Contratações Públicas (organismo governamental)

Criação: 2009

O que ele faz?: O Portal de Contratações do Governo do Paraguai digitalizou, centralizou e aumentou as informações entregues aos licitantes.

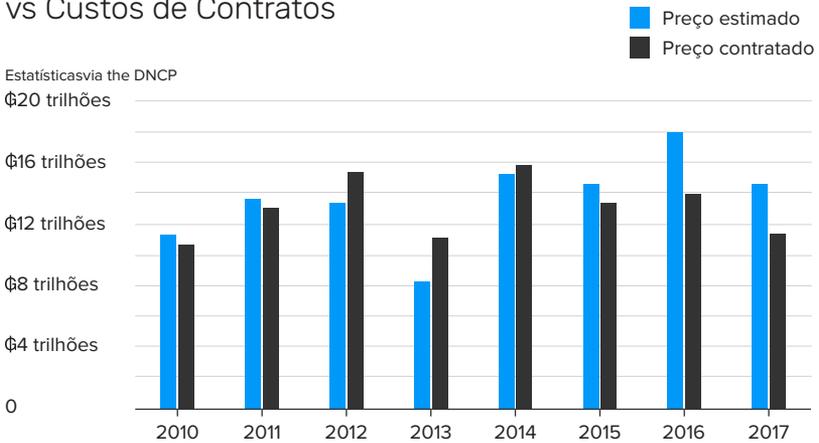
2014: O portal permite acesso público à informação detalhada sobre as licitações e contratos firmados por instituições nacionais e municipais do Governo, datadas de 2010. Foram introduzidas sessões de treinamento e educação para jornalistas.³⁶

Economias: Dado que o componente centrado em negócios começou a complementar-se com a participação pública em 2014-2015, os preços das contratações estiveram sistematicamente abaixo das estimativas orçamentárias, o que permitiu economizar 8 bilhões de guaranis (ver a Figura 2). Custos com material de escritório, que foram examinados como um indicador de gastos relativamente estável, diminuiu constantemente e gerou uma economia ao governo de pelo menos 400 bilhões de guaranis.

Detectando o abuso de gastos de dinheiro público: Os jornalistas que usavam os dados descobriram um contrato de refeições do Ministério da Educação de 197 milhões de guaranis que incluíam custos enormes por artigos básicos de alimentação. Outro caso envolveu uma contratação da polícia federal para compra de cadeiras por um valor 10 vezes superior ao valor de mercado, utilizando fundos que estavam destinados a melhorar a infraestrutura das estações de polícia.

CONTRATAÇÃO PÚBLICA (CONTRATACIONES PÚBLICAS)

Custos orçamentários do Paraguai vs Custos de Contratos



Nosso esforço para difundir esta grande quantidade de informação tem melhorado substancialmente canais de acesso à informação relevante ao público sobre contratação pública, criando e fortalecendo mecanismos para o monitoramento independente por parte da sociedade civil.³⁷

— Santiago Jure, Director do DNCP

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

eVA, Virgínia, Estados Unidos

Quem: Gerido pelo Departamento de Serviços Gerais

Criação: 2001

O que ele fez: Publica informações sobre contratos firmados em formato aberto, tabulações detalhadas dos lances, estruturas de preços propostas para todos os lances apresentados para a licitação, preços unitários e tarifas diárias por hora.

Economias: 450 milhões de dólares entre 2001 e 2015, e 30 milhões só em 2015.

Competitividade: Houve aumentos significativos na quantidade de provedores que apresentaram lances. Isto se deu apesar da decisão do Estado de publicar informação sobre lances não exitosos, contrariando os temores de que a transparência poderia diminuir a vontade dos licitantes em participar dos processos de contratações.

Contador de livros didáticos, Filipinas

Quem: O Departamento de Educação iniciou a reforma

Criação: 2002

O que ele fez: A sociedade civil monitorou todo o ciclo de contratações de livros didáticos para detectar e prevenir a corrupção. Isto incluiu o processo de pré-licitação, licitação e processo de qualificação posterior; inspecionar a qualidade dos livros didáticos em depósitos e prensas de impressão.

Economias: O tempo dos processos de licitação foi reduzido de 24 para 12 meses e o preço dos livros didáticos diminuiu 40%, resultando em uma economia de 1,4 milhões de dólares, aproximadamente.

Eficiência: Foram identificados e substituídos 60.000 livros didáticos com defeitos e foi assegurada a entrega de mais 750.000 exemplares.³⁸

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Colômbia Compra Eficiente, Bogotá, Colômbia

Quem: O Secretário de Educação e o Prefeito de Bogotá iniciaram a reforma

Criação: 2017

O que ele faz: Transparência por meio de todo o ciclo de contratações³⁹ do programa de alimentação das escolas de Bogotá utilizando um portal, e estabeleceu um preço mínimo e máximo por refeição.

Eficiência: O orçamento de 136 milhões de dólares compartilhado inicialmente entre 12 empresas, agora é repartido entre 54 produtores especializados.

Detectando a corrupção: A reforma ajudou a romper um suposto esquema de fixação de preços no valor de 22 milhões de dólares e a proporcionar, de forma confiável, mais de 900.000 refeições de alta qualidade diariamente para alunos em Bogotá, Colômbia.⁴⁰



Nós enfrentamos uma resistência feroz ao tentar resolver o problema, mas lutamos para conseguir a transparência.⁴¹

— **María Victoria Angulo, Secretária de Educação de Bogotá, Colômbia**

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Ingredientes-chave para o sucesso⁴²

Começar com força: Leis sobre o direito de acesso à informação sobre contratações podem ser um canal crucial para que o público se envolva nas contratações abertas.

Padronização: Reunir, tratar e divulgar informação de acordo com o Padrão de Dados de Contratação Aberta. Os dados de qualidade devem ser legíveis por computadores, pontuais e abarcar todo o ciclo da contratação.

Ser estratégico: Ir além da transparência pela própria transparência. Dar prioridade a revelar informação que dará valor real e irá se adaptar às necessidades e capacidades dos usuários.

Investir em funcionários públicos: Sensibilizar, desenvolver capacidades e assegurar a coordenação, dos funcionários públicos, em diferentes instituições, responsáveis por implementar a política.

Desbloquear o triângulo de ouro: Construir alianças entre Governo, setor privado e sociedade civil/meios de comunicação. Mais parceiros para acessar, analisar e traduzir dados completos de contratações em informações processáveis irão significar maior eficiência de mercado e responsabilidade do Governo.

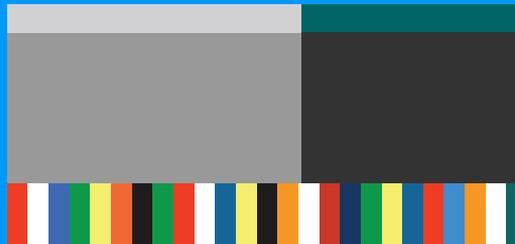


GUIA DE GOVERNO
ABERTO PARA CÉTICOS



Um governo **aberto** é bom para os negócios

SEÇÃO E



A evidência



Governos transparentes melhoram a eficiência dos negócios e estimulam as oportunidades econômicas. A evidência demonstra que a transparência ajuda no seguinte:⁴²

Gera valor econômico e cria empregos: O livre acesso a dados abertos gerenciados pelo Governo impulsiona muitos serviços de informação comercial que geram valor econômico, criam empregos e estimulam a inovação.

Melhora o clima de investimento: A transparência fiscal e administrativa tem impacto provado na atração de investimentos e capital. As empresas podem tomar decisões conscientes, reduzir custos por transações e evitar obrigações potenciais se possuem informação específica sobre os mercados, produtos e atores. Ajudar as empresas a entender as regulamentações do país, por sua vez, auxilia os governos a se protegerem dos riscos de reputação e de ativos para melhorarem a confiança dos investidores e dos clientes.

Igualdade de condições: As contratações abertas aumentam o número de licitantes e tem um efeito positivo para que empresas de todos os tamanhos tenham acesso ao mercado. Pode ser particularmente favorável para pequenas e médias empresas que entram em novos mercados.⁴³

A EVIDÊNCIA

Nível Global

Maiores entradas de investimentos estrangeiros diretos (IED): Maior transparência das políticas e divulgação frequente e precisa dos dados macroeconômicos se correlacionam positivamente com as entradas IED e avaliações de créditos.⁴⁴ A transparência nos dados macroeconômicos permite aos países obter empréstimos a um custo mais baixo, reduzindo as margens de créditos, em média, em 11%.

Melhoria do comércio: A análise de mais de 100 acordos comerciais mostra que cada cláusula adicional de transparência melhora a visibilidade pública e a previsibilidade dos termos aplicáveis para todos os parceiros comerciais, e está associada a um fluxo 1% maior no comércio bilateral.⁴⁵

Redução da burocracia: Um estudo em 185 países constatou que uma melhor divulgação das estruturas de tarifas regulatórias em quatro áreas-chave (início de um negócio, aquisição de licenças de construção, obtenção de eletricidade e registro de propriedades) está associada a maior qualidade das regulações e menor corrupção.⁴⁶

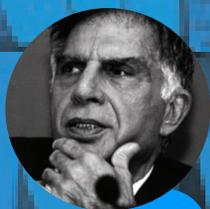
A Geórgia tem a classificação mais alta entre as regiões da Europa e Ásia central nos indicadores de Doing Business (Fazer Negócios). O país implementou mudanças substanciais em seu marco regulatório local, incluindo dar às empresas maior acesso à informação, aumentando sua

A EVIDÊNCIA

Nível Regional

União Européia (UE): Espera-se que o valor econômico direto total dos dados abertos aumente de uma base de 52 bilhões de euros em 2018 para a UE a 194 bilhões de euros em 2030. Estima-se que em 2016 foram criados em torno de 75.000 empregos como resultado da reutilização dos dados abertos. A estimativa é de que este número seja de até 100.000 empregos em 2020.⁴⁷

G20: O valor econômico agregado por meio dos dados abertos é de 2,6 bilhões de dólares. Um movimento comprometido na abertura de dados abertos poderia ajudar os países do G20 a alcançarem a meta de seus objetivos previstos de crescimento econômico.⁴⁸



“

Está amplamente provado que a abertura tem múltiplos benefícios a muito baixo custo. Para os cidadãos, significa melhor infraestrutura e serviços com maior prestação de contas. Para os governos, representa melhor entrega com maior eficiência e economia de custos. Para os negócios, cria mercados mais competitivos e mais acessíveis, especificamente, às pequenas e médias empresas que controlam grande parte da máquina econômica mundial.⁴⁹

— Ratan Tata, Presidente da Emeritus, Tata Group

A EVIDÊNCIA

Nível País⁵⁰

Estados Unidos: A receita anual das empresas que dependem do uso de dados governamentais são de 221 bilhões de dólares. Os dados meteorológicos abertos nos Estados Unidos, por exemplo, estão avaliados em 31 bilhões de dólares, seis vezes mais que seus custos de produção.

Reino Unido: Os benefícios econômicos diretos e indiretos de dados abertos, tanto para empresas quanto para os consumidores, estavam estimados em 1.800 milhões de libras em 2013. Estima-se que a abertura dos dados de referência geoespacial do Reino Unido aumentará em até 1000 vezes o valor de investimento de 100 milhões de libras, gerando um retorno de valor econômico de 100 bilhões de libras.

Espanha: Mais de 630 empresas do setor infomediário registraram um faturamento agregado de 1.700 milhões de euros em 2015 usando dados abertos.

Finlândia: Foi descoberto que as empresas finlandesas que usam dados abertos têm uma probabilidade significativamente maior de produzir inovações no mercado do que seus pares que não usam (ainda) dados abertos.

Dinamarca: Foi avaliado que o registro de direções abertas na Dinamarca produz benefícios econômicos que são 70 vezes maiores que os custos de manutenção dos dados.

Ucrânia: Só em 2017, os dados abertos enriqueceram a economia ucraniana em mais de 700 milhões de dólares. Se os dados abertos continuarem a ganhar impulso, no ano de 2025, esta cifra pode alcançar 1.400 milhões de dólares.⁵¹



“

Por meio do trabalho do Ministério Federal da Indústria, Comércio e Investimento e o Conselho Presidencial de Ativação do Ambiente Empresarial (PEBEC, da sigla em inglês), que também são membros do Comitê Diretivo da OGP, a Nigéria subiu 24 pontos no Índice Doing Business 2017 do Banco Mundial.⁵²

— Yemi Osinbajo, Vice-presidente da República Federal da Nigéria

CASO DE ESTUDO

Como o setor privado pode ser um aliado na abertura do governo⁵³

Filipinas: O Makati Business Club, como parte do Comitê Diretivo da OGP a nível nacional, promoveu a reforma da concorrência e a luta contra a corrupção.

Paquistão: O setor privado interessado em dados abertos alfandegários, tributação e outros assuntos comerciais, serviu de catalisador junto à sociedade civil para defender que o Paquistão se tornasse membro da OGP.

Reino Unido: Para seu primeiro plano de ação da OGP, o Reino Unido consultou formalmente o setor privado sobre a seleção de quais conjuntos de dados abrir.

Nigéria e Quênia: Os setores privados na Nigéria e no Quênia têm aproveitado o processo de planejamento de ação da OGP como um meio para viabilizar que seus governos adotem e implementem legislações concretas contra a corrupção e mudanças climáticas e torná-los responsáveis por traduzir os compromissos de alto nível em ações efetivas.

Igualdade de Condições

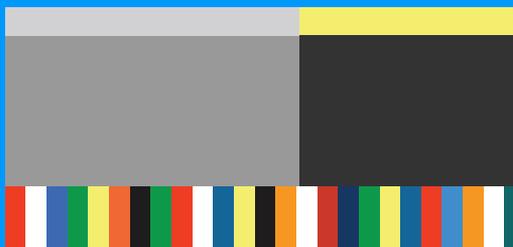
A evidência mostra que maior transparência nas contratações na **Coreia do Sul, Paraguai, Eslováquia e Ucrânia** aumenta o número médio de empresas licitantes.⁵⁴ Na Eslováquia, os contratos entram em vigor apenas quando são disponibilizados publicamente. Desde a introdução desta lei, mais de 700.000 contratos e a quantidade média de licitantes por contrato aumentou consideravelmente de 1,6 a 3,7 empresas entre 2010 e 2014.

GUÍA DE GOBERNO
ABERTO
PARA CÉTICOS



Ganhar a confiança do público: Além da transparência

SEÇÃO F



A evidência



A confiança do público nos líderes políticos e no Governo se encontra

em uma baixa histórica.⁵⁵ A baixa confiança cria um ambiente político no qual se faz mais difícil que os líderes sejam exitosos, pois é pouco provável que o público dê seu consentimento à políticas-chave ou cumpra com as leis e regulações como a arrecadação fiscal.⁵⁶ De que maneira os enfoques de governo aberto têm ajudado a gerar confiança?

A transparência pode melhorar a confiança pública. Os líderes políticos podem aumentar a confiança pública no Governo liderando com o exemplo e apoiando medidas como a divulgação de ativos e transparência no financiamento de campanhas. Em duas pesquisas da OCDE, lobistas e legisladores estiveram fortemente de acordo de que o lobby transparente aumentaria a confiança da cidadania nos processos de tomadas de decisões.⁵⁷

Mais transparência nem sempre significa mais confiança. O impacto da transparência na confiança dos cidadãos no Governo pode depender do contexto cultural e político do país. Por exemplo, em países onde o público percebe que seu bem-estar está condicionado às ações de seu Governo, a transparência nas irregularidades do Governo, na verdade, pode diminuir a confiança a curto prazo.^{58 59}

A EVIDÊNCIA

A participação pública na criação de políticas influi consideravelmente na confiança do público.

Criação de políticas de forma justa e inclusiva: Estudos demonstram que quando o público pode dar sua opinião às instituições do Governo, se este o trata respeitosamente e oferece explicações para ajudá-lo a entender os processos das políticas públicas e seus resultados - aumenta a confiança no Governo e a aceitação de sua legitimidade.⁶⁰
61

Atenção às reclamações e participação: A evidência de 8 países afetados por conflitos mostra que a legitimidade do Governo está vinculada tanto ao desempenho da prestação do serviço público (o que está sendo entregue) quanto ao processo (como está sendo feito). O efeito mais forte sobre a legitimidade do Governo encontra-se menos no acesso ou na qualidade dos serviços públicos e mais quando as pessoas podem expressar suas reclamações ou participar do processo de prestação do serviço.⁶²



“

Transparência e participação já não são uma opção, mas sim dois pilares indispensáveis nas relações de confiança entre os cidadãos e as instituições.”⁶³

— **Marianna Madia, Ex Ministra de Simplificação e Administração Pública. Itália**

NOVOS FOCOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Estônia, Canadá e Países Baixos estão experimentando novas formas de envolver o público para reconstruir a confiança, utilizando estratégias de deliberação e tomadas de decisões baseada em evidências e transparência.

Estônia: A Assembléia Popular da Plataforma Rahvakogu⁶⁴

Um escândalo na política da Estônia: No ano de 2012, um ex-deputado do partido governante Estonian Reform confessou que os funcionários do partido lhe deram dinheiro de origem desconhecida, que ele, posteriormente, doou ao partido em seu próprio nome. Argumentou que esta era uma prática comum dentro do partido. Organizações da sociedade civil e o público realizaram manifestações de rua contra o Estonian Reform Party, demandando transparência no financiamento dos partidos políticos e um sistema político mais aberto.

A resposta do Governo: O presidente da Estônia, Toomas Hendrik Ilves, organizou uma reunião com atores do Governo e atores não-governamentais para buscar uma solução, o que resultou em uma plataforma online de crowdsourcing para coletar propostas de políticas dos cidadãos em uma jornada de deliberação para discutir estas ideias.

A inovação: A plataforma Rahvakogu foi criada por uma coalização de organizações da sociedade civil, membros do Parlamento e do escritório do presidente. Ela deu ao público a oportunidade de alterar leis eleitorais, financiar partidos políticos e a politização de servidores públicos.

NOVOS FOCOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

- **Crowdsourcing:** A plataforma se abriu para que todas as pessoas pudessem apresentar propostas ou comentá-las. 3.000 pessoas participaram do processo da Assembleia Popular que teve duração de 14 semanas.
- **Avaliação do impacto:** 30 especialistas avaliaram o impacto de implementar as propostas de políticas enviadas pelos cidadãos.
- **Priorização:** Representantes políticos, especialistas e cidadãos escolheram 18 propostas apresentadas no “Dia da deliberação”.
- **Deliberação:** Mais de 300 cidadãos, que foram eleitos por meio de uma amostra aleatória e representativa, selecionaram 15 das 18 propostas que seriam enviadas a Riigikogu (Parlamento da Estônia) para emendas legislativas.
- **Resultado:** Cerca de metade das propostas foram convertidas em leis ou foram implementadas parcialmente, resultando em reformas no financiamento de partidos políticos e em um sistema de petição pública. Os cidadãos que participaram adquiriram novas competências políticas e estavam mais dispostos a considerar opiniões opostas.



A Assembleia Popular não é um órgão alternativo ao Riigikogu para a tomada de decisão. É uma oportunidade adicional em nosso Estado democrático em desenvolvimento que busca novas soluções a fim de dar um significado real aos conceitos populares de “participação” e “envolvimento”.⁶⁵

— Toomas Hendrik Ilves, ex-presidente da Estônia

NOVOS FOCOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Canadá: Diálogo Aberto⁶⁶

Uma crise de aquicultura: Entre os anos 2010 e 2012 se vinculou a aquicultura com o desaparecimento de salmão selvagem do Atlântico. Quando o Governo aprovou novas zonas marinhas para a cria de salmão, aumentaram as tensões e as pessoas temiam que a pesca e seus meios de subsistência estivessem em perigo.

Profunda desconfiança: 40 organizações se uniram para solicitar uma moratória da cria de peixes. A confiança pública no regime regulatório colapsou e houve uma profunda desconfiança entre a indústria da aquicultura e as comunidades costeiras.

Resposta do Governo: No ano de 2013, o Governo criou o painel Doelle-Lahey - um processo de diálogo aberto para resolver a crise e convidar a todos os grupos de interesse a desenhar um novo marco regulatório.

A inovação: O Governo instituiu um processo que enfatizou construir a confiança entre os grupos de interesse e envolver o público de forma mais direta na criação de políticas, garantindo, ao mesmo tempo, uma política sólida.

- **Tomada de decisões baseada na evidência:** O diálogo incluiu opiniões de especialistas independentes e imparciais para guiar as decisões tomadas pelos grupos de interesse.
- **Compromisso significativo:** O Governo prometeu que a nova regulação estaria baseada no relatório do painel. As reuniões do painel se adaptaram às diferentes audiências, desde sessões de sensibilização pública até debates de especialistas sobre questões relacionadas à ciência.
- **Transparência:** Sessões públicas foram realizadas, documentos importantes foram publicados e atualizações do processo foram disponibilizadas com regularidade.

NOVOS FOCOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

- **Resultados:** O painel propôs um plano detalhado para um novo regime regulatório e o Governo atuou sobre as recomendações. Ao novo plano regulatório foram incluídos novos mecanismos para envolver os grupos de interesse, uma página web amigável ao usuário, medidas para a publicação proativa de informação, notificações públicas sobre licenças e decisões escritas sobre temas-chave.

Consulta Traditional	Participação Informada
<p>Soma de vozes: As pessoas apresentam suas ideias aos tomadores de decisão, fornecem evidências e argumentos de apoio e respondem às opiniões contrárias (por exemplo: online, reuniões municipais).</p> <p>Avaliação: Os tomadores de decisão devem avaliar as propostas de acordo com seus méritos, mas não estão obrigados a aceitá-las ou a agirem de acordo com elas.</p> <p>Explicação: Os tomadores de decisão devem dar explicações acerca das suas deliberações.</p> <p>Adaptado de Lenihan, 2017</p>	<p>Plano de participação: Estabelece as regras sobre como o público pode participar da tomada de decisões.</p> <p>Soma de vozes: O público apresenta suas ideias aos tomadores de decisões, fornece evidências e argumentos de apoio e respondem às opiniões contrárias (por exemplo: online, reuniões municipais).</p> <p>Deliberação: Os participantes consideram os feitos e as evidências, assim como também os valores e prioridades daqueles, cujos interesses estão em jogo, para chegar às recomendações (por exemplo: grupos de trabalho).</p> <p>Resultados justos: Os participantes escutam as opiniões contrárias, discutem soluções intermediárias e chegam a um consenso sobre as melhores soluções de acordo com as regras de participação.</p>

NOVOS FOCOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Países Baixos: Programa Fair Tracks⁶⁷

O problema: A satisfação dos cidadãos a respeito da execução formal, legal e escrita dos procedimentos para tratamento das reclamações e objeções é muito baixa. Dado que apenas cerca de 20% dos procedimentos de revisões administrativas e de recurso contra as decisões do Governo são concedidas, o alcance do Governo para melhorar esta situação é limitado.

Um experimento: O programa Fair Tracks é um novo procedimento para a tomada de decisões e gestão de conflitos, coordenado pelo Ministério do Interior. O foco está em como os cidadãos passam a confiar no seu Governo e aceitam suas decisões, usando uma abordagem de justiça processual. O programa foi testado com mais de 20 órgãos governamentais relativos a 16 áreas administrativas.

A inovação:

- **Interação informal:** Diferentemente das formas mais tradicionais, formais de tomar decisões administrativas, principalmente escritas, e gerir reclamações e objeções, no programa Fair Tracks o funcionário do Governo inicia uma conversa informal e interpessoal com o cidadão que está prestes a receber uma decisão negativa ou que apresentou alguma reclamação ou objeção.
- **Abertura e honestidade:** O funcionário do Governo geralmente se comunica por telefone, preferencialmente de 2 a 10 dias depois de receber a objeção ou quando uma decisão negativa está em vias de ser tomada. A conversa aberta dá espaço para discutir os fatos, emoções, interesses envolvidos e opções diversas sobre como resolver, da melhor maneira possível, o problema do cidadão.

NOVOS FOCOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

- **Resultado:** Mais de 90% dos cidadãos sentiram que a interação com o funcionário público foi justa e honesta. Os níveis mais altos de justiça processual percebida se associaram a maiores níveis de confiança no Governo, um maior cumprimento das decisões administrativas que não estavam a favor do cidadão e uma resolução mais rápida dos problemas. A pesquisa mostrou que embora os resultados importassem (em termos de decisões administrativas), a justiça processual importava quase duas vezes mais no aumento da satisfação do cidadão.



Ampliar a participação pública e a tomada de decisões deliberadamente pode parecer caótico e ineficiente a curto prazo. Porém, é necessário atravessar esta situação a fim de alcançar um consenso baseado em discussões racionais e em fatos, em vez de apelar aos preconceitos partidários e ao antagonismo... Com prática suficiente se alcançará, a longo prazo, uma aliança entre Governo e cidadão baseada na confiança.⁶⁸

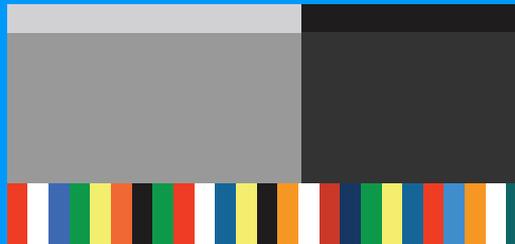
— Kim Boo-Kyum, Ministro do Interior e Segurança, República da Coreia

GUÍA DE GOVERNO
ABERTO
PARA CÉTICOS



O que a OGP pode fazer por você?

SEÇÃO G



O que a OGP pode fazer por você?

A rejeição pública contra a globalização, o aumento da desigualdade e a captura do Estado para atender interesses privados estão alimentando a política populista e reacionária. A confiança no governo está no seu nível mais baixo. Os governos estão enfrentando uma crise de legitimidade e devem agir com credibilidade para abordar as preocupações do público. Como a OGP pode ajudar?

O QUE A OGP PODE FAZER POR VOCÊ?

Cocriação de políticas: Mais de 60% dos governos locais e nacionais da OGP realizam fóruns regularmente para cocriar prioridades de governo aberto. Os fóruns dão à sociedade civil e ao público um maior acesso aos tomadores de decisão e também são um espaço no qual podem influenciar as decisões referentes às políticas. Isto, por sua vez, ajuda àqueles que estão fora do Governo a desenvolver uma maior valorização do difícil trabalho dos políticos e dos funcionários públicos com ideias reformistas.

Governos locais: 20 governos locais agora fazem parte da OGP, e espera-se que esse número cresça significativamente nos próximos anos. Os estudos demonstram que a confiança nos governos locais tendem a ser maior que a nível nacional⁶⁹ são as autoridades governamentais mais próximas ao público e possuem alguns dos melhores compromissos de governo aberto na OGP.

Envolver a sociedade civil: As organizações da sociedade civil que trabalham de maneira construtiva com os governos podem ser “agentes de confiança”. Eles pluralizam as redes e trazem mais atores para se envolverem com o governo. Também desempenham um papel pedagógico para as políticas governamentais com o público.⁷⁰

Ampliar seu alcance: O vice-ministério de Assuntos Políticos e Diálogo Cidadão e a organização da sociedade civil Yo Soy Gobierno Abierto (YSGA) usaram a OGP para consultar formalmente as comunidades indígenas da Costa Rica sempre que se determina que as políticas públicas os afetam. Hoje, mais de 20 instituições governamentais se relacionam com as comunidades indígenas, que viram melhorias na prestação de serviços públicos.⁷¹

O QUE A OGP PODE FAZER POR VOCÊ?

Aproveite as vantagens de uma rede global de ideias e experiências:

Troque ideias e aprenda com os colegas dos países-membros da OGP. Cerca de 80% dos funcionários de governos envolvidos com a OGP aproveitam as trocas para melhorar o desenvolvimento da implementação do plano de ação de seu país.

Decide Madrid, uma plataforma de tecnologia cidadã na cidade de Madri, Espanha, permite aos cidadãos criar e apoiar diretamente ideias para uma nova legislação e opinar sobre como são utilizados os impostos.⁷² Ela tem inspirado plataformas similares em Buenos Aires e Coreia do Su

A Mongólia se comprometeu a experimentar em seu próprio país o ¡LAPOR!. Um mecanismo da Indonésia para tratamento de reclamações.

O Registro de Beneficiários Reais do Reino Unido inspirou registradores no Quênia, Nigéria, Gana e Libéria, dentro da OGP.

Atue localmente, receba reconhecimento mundial: A OGP é uma poderosa plataforma para vincular os compromissos mundiais à ação nacional de reforma. Use o plano de ação de seu país para oferecer resultados ao público. Compartilhe seus êxitos em um contexto global.

Aborde problemas setoriais específicos: Está interessado em reformas anticorrupção? Mais de 30 países da OGP estão implementando reformas de contratações abertas e 15 países estão implementando reformas de beneficiários reais. Está interessado na prestação de serviços públicos? 59 países da OGP estão implementando reformas na prestação de serviços públicos. Está interessado na abertura fiscal? Mais de 40 países da OGP estão implementando reformas de abertura fiscal. Há muito mais setores e problemas abordados por meio da plataforma da OGP.



“

Abrimos o Governo, concedemos aos cidadãos um assento na mesa de políticas e lhes demos voz e voto legítimo no que o Governo faz e planeja fazer para avançar.⁷³

— Benjamin Diokno, Secretário do Departamento de Orçamento e Gestão, Filipinas

O QUE A OGP PODE FAZER POR VOCÊ?

Avance nos Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) por meio da OGP: Mais de 40 países e 90 organizações da sociedade civil se comprometeram a fazê-lo no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, na cidade de Nova York, em Setembro de 2015.

A Libéria está aumentando a transparência do poder judiciário ao publicar proativamente documentos judiciais para facilitar o controle social e gerar confiança no sistema de justiça.

A Sérvia está melhorando a capacidade do seu escritório anti-corrupção para evitar conflitos de interesses, por meio de maior transparência nos direitos e obrigações dos funcionários públicos e controle mais preciso das declarações de ativos.

Sri Lanka está implementando a Lei de Direito à Informação (RTI, da sigla em inglês) com ênfase no desenvolvimento da capacidade da burocracia para fornecer solicitações da RTI e aplicar políticas proativas de divulgação.



Diah Saminarsih, assessora especial do Ministério da Saúde da Indonésia, recebendo um prêmio do Presidente do México, Enrique Peña Nieto, no Encontro Global da OGP em 2015. A iniciativa "Pencerah Nusantara", um modelo de associação público-privada que contrata jovens profissionais da saúde para fortalecer o sistema de saúde em geral, recebeu o segundo lugar no Prêmios OGP.

Referências

- 1 [OGP Values Guidance Note](#). Open Government Partnership.
- 2 Press Release. [“Alicia Bárcena, Helen Clark, Ngozi Okonjo-Iweala, and Helle Thorning-Schmidt to Serve as Open Government Partnership Ambassadors.”](#) 10 October 2017.”
- 3 John Gaventa & Gregory Barrett, [“So What Difference Does it Make? Mapping the Outcomes of Citizen Engagement,”](#) Institute of Development Studies, Working Paper. Vol 2010: 347, October 2010.
- 4 Jonathan A. Fox, [“Social Accountability: What Does The Evidence Really Say?,”](#) World Development, Volume 72, Pages 346-361, August 2015.
- 5 Stephen Kosack & Archon Fung, [“Does Transparency Improve Governance?,”](#) Annual Review of Political Science. Vol. 17: 65-87, May 2014.
- 6 OECD (2011). [Together for Better Public Services: Partnering with Citizens and Civil Society](#), OECD Public Governance Reviews. OECD Publishing.
- 7 Horacio Larreta: Horacio Larreta, [“Trust: The Fight to Win it Back,”](#) Open Government Partnership, 2017.
- 8 Esther Duflo et al. [“School governance, teacher incentives, and pupil–teacher ratios: Experimental evidence from Kenyan primary schools.”](#) Journal of Public Economics. 123: 92-110, 2015.
- 9 Sonia Golcalves, [“The Effects of Participatory Budgeting on Municipal Expenditures and Infant Mortality in Brazil”](#). World Development. 53:94-110. January 2014.
- 10 Shylashri Shankar, [“Can Social Audits Count?”](#) ASARC Working Paper 2010/09

REFERÊNCIAS

- 11 Jonathan A. Fox, "[Social Accountability: What Does The Evidence Really Say?](#)," World Development, Volume 72, August 2015, Pages 346-361, August 2015.
- 12 Stephen Kosack & Archon Fung, "[Does Transparency Improve Governance?](#)," Annual Review of Political Science. Vol. 17: 65-87, May 2014.
- 13 OECD (2011). Together for Better Public Services: Partnering with Citizens and Civil Society, OECD Public Governance Reviews. OECD Publishing.
- 14 Vanessa Williamson & Norman Eisen, "[The Impact of Open Government: Assessing the Evidence](#)," The Brookings Institution, 7 December 2016.
- 15 Munkh-Erdene Dambajav, Amarbayasgalan Dorj & Kristina Aquino, "Monglia's mission to make everyone heard," GovInsider, 19 January 2018, <https://bit.ly/2rq7Ly>.
- 16 Chen and Sukumar, "[Is Transparency the Best Disinfectant? A Meta-Analysis of the Effect of Transparency on Government Corruption](#)." Open Government Partnership, June 2018. The authors identified five dimensions of transparency: legal, fiscal, political, natural resource and e-transparency
- 17 Alina Mungiu-Pippidi, "[Quantitative report on causes of performance and stagnation in the global fight against corruption](#)." Hertie School of Governance, March 2014.
- 18 Marcia Grimes, "[The Contingencies of Societal Accountability: Examining the Link Between Civil Society and Good Government](#)." Studies in Comparative Development: 48: 380, 10 November 2012.
- 19 Simon De Lay. et al., "[Public Financial Management Evidence Mapping](#)." Governance and Social Development Resource Centre, University of Birmingham, Birmingham, UK, 1 January 2015.

REFERÊNCIAS

-
- 20 Agnes Czibik et al., "[The Digital Whistleblower: Fiscal Transparency, Risk Assessment and the Impact of Good Governance Policies Assessed](#)." DIGIWHIST, EU Grant Agreement number: 645852, August 2017.
 - 21 Edited by Alina Mungiu-Pippidi & Michael Johnston, [Transitions to Good Governance](#) (Edward Elgar Publishing, 2017).
 - 22 Marie Chene, "[Successful anti-corruption reforms](#)." Transparency International, 30 April 2015.
 - 23 Marie Chene, "[Cote D'Ivoire: Overview of Corruption and Anti-Corruption](#)." Transparency International, 18 April 2016.
 - 24 Lucas Amin, "[Making the Case for Open Contracting in Public Procurement](#)." © Transparency International UK, January 2017.
 - 25 Alice Powell, "Beneficial Ownership Transparency: How the United Kingdom is Fighting Money Laundering." Forthcoming, Open Government Partnership, 2018.
 - 26 Alina Mungiu-Pippidi et al. "[Contextual Choices in Fighting Corruption: Lessons Learned](#)," Hertie School of Governance, Berlin 2011
 - 27 Ibid. Lucas Amin, 2017
 - 28 "[Why Open Contracting is essential to Open Government](#)." Open Contracting Partnership, 2015.
 - 29 Stephen Knack, Nataliya Biletska & Kanishka Kacker, "[Deterring Kickbacks and Encouraging Entry in Public Procurement Markets : Evidence from Firm Surveys in 88 Developing Countries](#)." World Bank, Policy Research Working Paper; No. 8078. Washington, DC. © World Bank, 30 May 2017.
 - 30 [Open Contracting Partnership Homepage](#), updated 2018.

REFERÊNCIAS

- 31 Michael Karanicolas, "[The Costs of Secrecy: Economic Arguments for Transparency in Public Procurement.](#)" Open Government Partnership, 2018. The evidence for Ukraine, Paraguay and Virginia are taken from this paper.
- 32 Praneetha Vissapragada & Naomi Joswiak, "[Priceless? A new framework for estimating the cost of open government reforms.](#)" Results for Development, August 2017.
- 33 Ibid. Lucas Amin, 2017
- 34 This shows that the process is no longer being dominated by those with an inside track, and the system is promoting actual competition
- 35 Maksym Nefyodov, "[Trust - The Fight to Win it Back.](#)" Open Government Partnership, 2017.
- 36 "[Paraguay 2014-16 OGP National Action Plan.](#)" Open Government Partnership, 2016.
- 37 Sophie Brown & Georg Neumann, "[Paraguay's Transparency Alchemists: How citizens are using open contracting to improve public spending.](#)" Open Contracting Partnership. Published on The Medium. 2 October 2017.
- 38 "[Textbook Count in the Philippines.](#)" Government Watch, 2 November 2015.
- 39 María Victoria Angulo, "[The 8p banana that showed Bogota needed more open public spending.](#)" The Guardian, 3 January 2018.
- 40 Gavin Haymann, "[Why 2018 is all about you.](#)" Open Contracting Partnership, 10 January 2018.
- 41 Ibid, Maria Victoria Angulo. 2018

REFERÊNCIAS

-
- 42 Dieter Zinnbauer, "[Open Government - Open for Business?](#)" Open Government Partnership, 2018.
- 43 Mirna Adjami & Scarlet Wannestech, "[Promoting Private Sector Engagement in the OGP: A Discussion Paper.](#)" International Centre for Collective Action, June 2017.
- 44 Zdenek Drabek and Warren Payne. "[The Impact of Transparency on Foreign Direct Investment](#)" Journal of Economic Integration. Vol. 17, Pp. 777-810
- Gaston Gelos and Shang-Jin Wei, "[Transparency and International Portfolio Holdings](#)" The Journal of Finance. 60:6. December 2005
- Rachel Glennerster & Yongseok Shin, "[Does Transparency Pay?](#)" IMF Staff Papers. 55:1 International Monetary Fund 2008.
- Elif Arbatti & Julio Escolano, "[Fiscal Transparency, Fiscal Performance and Credit Ratings](#)" The Journal of Applied Public Economics. 36:2. June 2015.
- 45 Iza Lejárraga & Ben Shepherd, "[Quantitative evidence on transparency in regional trade agreements.](#)" OECD iLibrary 153, Paris: OECD, 14 June 2013.
- 46 Carolin Geginat & Valentina Saltane, "[Transparent Government and Business Regulation.](#)" World Bank, Policy Research Working Paper 7132, December 2014.
- 47 Jorn Berends et al., "[Creating Value through Open Data: Study on the Impact of Re-use of Public Data Resources.](#)" European Commission, 2017.
- 48 Nicholas Gruen, John Houghton & Richard Tooth, "[Open for Business. How Open Data Can Help Achieve the G20 Growth Target.](#)" Lateral Economics, Report for Omidyar Network, June 2014.

REFERÊNCIAS

- 49 [“50+ Leaders Call for Action from Anti-Corruption Summit.”](#) The B Team, 11 May 2016.
- 50 Dieter Zinnbauer, [“Open Government - Open for Business?”](#) Open Government Partnership, 2018.
- 51 Interfax-Ukraine, [“Research shows open data brings over \\$700 million into Ukraine’s economy in 2017.”](#) Kyiv Post, 25 April 2018.
- 52 [VP Osinbajo’s Keynote Address at the Opening Ceremony of the 2018 OGP Week in Abuja.](#) May 8, 2018
- 53 Mirna Adjami & Scarlet Wannanwestch, [“Promoting Private Sector Engagement in the OGP: A Discussion Paper.”](#) International Centre for Collective Action, June 2017.
- 54 Decio Coviello & Mario Mariniello, [“Publicity Requirements in Public Procurement”](#) Journal of Public Economics, Vol 109, Pp 76-100. January 2014
- Charles Kenny and Ben Crisman. [“Results through Transparency: Does Publicity Lead to Better Procurement?”](#) Center for Global Development, Working Paper 437. September 2016.
- 55 [2018 Edelman Trust Barometer](#)
- 56 Paul Whitley et al. [“Why Do Voters Lose Trust in Governments? Public Perceptions of Government Honesty and Trustworthiness in Britain 2000–2013”](#). The British Journal of Politics and International Relations. Vol 18, Issue 1, 2016
- 57 [“Lobbyists, Governments and Public Trust”](#). Vol 3. OECD 2014.
- 58 Stephan Grimmlichhuijsen et al., [“The Effect of Transparency on Trust in Government: A Cross-National Comparative Experiment”](#), Public Administration Review. 73:4. August 2013.

REFERÊNCIAS

-
- 59 Paul R. Ward et al., "[Predictors and Extent of Institutional Trust in Government, Banks, the Media and Religious Organisations: Evidence from Cross-Sectional Surveys in Six Asia-Pacific Countries](#)," PLoS ONE 11: 10. October 2016.
- 60 "[Focus on Citizens: Public Engagement for Better Policy and Services](#)," OECD Studies on Public Engagement. 2009
- 61 E. Allan Lind and Christiane Arndt, "[Perceived Fairness and Regulatory Policy: A Behavioural Science Perspective on Government-Citizen Interactions](#)," OECD Regulatory Policy Working Papers, No. 6, OECD Publishing, Paris. 2016.
- 62 Hamish Nixon et al., "[Are public services the building blocks of state legitimacy?](#)" Input to the World Bank's 2017 World Development Report, Working Paper 55, June 2017.
- 63 Marianna Madia, "[Trust: The Fight to Win it Back](#)," Open Government Partnership, 2017.
- 64 "[People's Assembly in Estonia - crowdsourcing solutions for problems in political legitimacy](#)," Praxis Centre for Policy Research. 2014
- 65 Ibid
- 66 Don Lenihan, "[What is Open Dialogue and is it the answer to post-fact populism?](#)" The Open Government Papers, Vol. 2. Canada 2020. June 2017
- 67 Kees van den Bos et al. "[Empirical Evidence for the Role of Perceived Procedural Justice in Citizen's Reactions to Government Decisions and the Handling of Conflicts](#)," Utrecht Law Review, 10: 3, November 2014
- 68 Kim Boo Kyum, "[Trust: The Fight to Win it Back](#)," Open Government Partnership, 2017.

REFERÊNCIAS

- 69 Alina Mungiu-Pippidi, "[Public Integrity and Trust in Europe](#)" Hertie School of Governance. Berlin 2015.
- 70 Matias Bianchi, Cristian Leon and Antonella Perini. "[Restoring Trust through Open Government: An Analysis of Open Government Initiatives across Latin American Subnational Cases](#)" Open Government Partnership 2018.
- 71 Hazel Feigenblatt & Israel Aragon, "[Empowering Indigenous Populations in Costa Rica to Protect their Rights.](#)" Open Government Partnership. December 2016.
- 72 Sam DeJohn, "[Beyond Protest: Examining the Decide Madrid Platform for Public Engagement](#)". GovLab. 13 November, 2017
- 73 Benjamin Diokno: Benjamin Diokno, Open Government and Participatory Governance Regional Dialogues

Créditos

Autores

Munyema Hasan, Gerente, Open Government Partnership desenvolveu esta publicação em Julho de 2018.

Para apoiar o desenvolvimento deste Guia, foram encomendados vários documentos de antecedentes. Entre eles:

Can Chen y Sukumar Ganapati, "A transparência é o melhor desinfetante? Uma meta-análise do efeito da transparência na corrupção governamental." Parceria para Governo Aberto, junho 2018.

Dieter Zinnbauer, "Governo aberto - aberto para os negócios?" Parceria para Governo Aberto, 2018.

Matias Bianchi, Cristian Leon y Antonella Perini. "Recobrando a confiança por meio do governo aberto: Uma análise das iniciativas de governo aberto nos casos subnacionais da América Latina". Parceria para Governo Aberto, 2018.

Michael Karanicolas, "Os custos do segredo: argumentos econômicos para a transparência na contratação pública." Parceria para Governo Aberto, 2018. As evidências da Ucrânia, Paraguai e Virgínia (EUA) foram extraídas deste documento.

CRÉDITOS

Design

Zak Bickel

Ícones por Dinsoft Labs de Noun Project

Licença

Este trabalho está licenciado pela International Creative Commons Attribution 4.0. Para ver uma cópia desta licença, visite: <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/> ou envie uma correspondência para Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.

Fotos

Página 31: Foto de Alina MungiuPipidi: Marian Mocanu / Dreamstime

Página 39: Foto de Santiago Jure cortesía de América Holding SA: <http://www.americafm.com.py/notas2245-ah-.html>

Página 41: Foto de María Victoria Angulo cortesía de La Patria: <http://www.lapatria.com/autor/mariavictoria-an-gulo-gonzalez>

Página 49: Foto de Ratan Tata: Dindia Photos / Alamy Stock Photo

Página 59: Foto de Toomas Hendrik Ilves: Shutterstock / Dominic Dudley

Para mais informação sobre a Parceria
para Governo Aberto, por favor, contate:

Open Government Partnership
1110 Vermont Avenue NW
Suite 500/ Open Gov Hub
Washington, DC 20005
United States

email: info@opengovpartnership.org
telefone: +1 202 609 7859
site: opengovpartnership.org
twitter: [@opengovpart](https://twitter.com/opengovpart)